

TAVARES, PEDRO VILAS-BOAS — **Pedro Henequim proto-mártir da separação (+1744). O Brasil e a sua coroa imperial na «teologia da história» de um visionário.** Porto: Coedição do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa e Edições Afrontamento, 2011, 123 páginas.

Pedro de Rates Henequim nasceu em 1680 na cidade de Lisboa, na Freguesia dos Mártires, sendo filho de pessoas de condição social assinalável. Seu pai, Francisco Henequim, holandês de nação, viera para Portugal como enviado do imperador, ou cônsul. Este era natural de Roterdão, filho de João Henequim, burgomestre da cidade, e de Berta Gravinkel, ele de Delft e ela de Roterdão. Portanto, a família de Pedro Henequim situava-se na hierarquia social em plano acima da média. Este fora batizado na Freguesia dos Mártires (seu pai morava na Rua dos Cónegos) e crismado no Convento de Santa Cristina de Ribamar, em Oeiras, pelo Cardeal de Sousa. Nesse ato foram seus padrinhos um capelão do prelado e o Padre António de Oliveira Ribeiro, cura de Oeiras.

Este criou-o até aos 10 anos de idade, por razões de impedimento da sua família natural (o tal cônsul Francisco Henequim e sua mulher, D. Maria da Silva e Castro), ignorando-se quais foram essas razões. Como era habitual nesse tempo, Pedro aprendeu os rudimentos de formação escolar – ler, escrever, contar, catequese – com o seu hospedeiro, o Padre Ribeiro, que o orientava para a vida (e a carreira) eclesiástica. A partir de então partiu para Lisboa, a fim de frequentar um nível mais avançado de estudos. Aí seguiu estudos sob a orientação do Padre Frei Fernando de Abreu, da ordem dos pregadores, passando depois à gramática com a supervisão de um religioso irlandês, da mesma ordem, no Convento do Corpo Santo. Seguiu-se-lhes um ciclo de três anos de filosofia e dois de teologia, no colégio de Santo Antão, ouvindo, em simultâneo, lições de casos de moral, em Nossa Senhora da Escada, em S. Domingos. Estava pronto para abraçar a carreira eclesiástica. Mas não.

Por razões que se ignoram (talvez inconformismo, quicá desejo de aventura e de independência), encontrámo-lo na capitania de S. Paulo, no futuro espaço de Minas Gerais, em 1702, aos 22 anos. Ignoramos por onde entrou no Brasil – pela Baía, pelo Rio de Janeiro, por Santos. A viagem para esse interior promissor, mas misterioso, deverá tê-lo colocado em contacto com a enorme dureza da vida dos colonos, dos índios, dos escravos, dos mestiços, os quais viviam em condições de fantásticas carências, ansiando todos, contudo, pelo encontro desse paraíso terreal, que, desde 1500, pairava no imaginário dos portugueses, alimentado pelas sugestões dos indígenas, que apontavam para o interior americano, como o lugar onde existia o Éden, a que muitos chamavam Lagoa Eupana ou Dourada.

Misturando-se com as carências e as aspirações desses homens errantes das matas do interior, que buscavam, sem descanso, a fonte da felicidade, Pedro deambulou por Sabará, perto da atual Belo Horizonte, região rica em minérios, próxima de um curso

de água, onde se podia viver com alguma estabilidade, pela futura Ouro Preto, pelo Serro do Frio e por outros lugares. Qual a sua ocupação permanente? Minerar. Ignorase, contudo, em que condições, com quem, com que resultados imediatos. A mineração implicava a posse de meios vultuosos e uma organização de base adequada, tornando-se uma ocupação de carácter coletivo e de objetivos solidários. A partilha tornava-se condição *sine qua non* do êxito. Pedro, cuja formação era mais que média, deve tê-lo percebido desde o início. E deve ter-se interrogado sobre o futuro dessa sociedade emergente e dessa terra, abundando em riqueza, mas desestruturada social, cultural e politicamente. Era necessário sugerir para ela um destino, que se jogasse a partir de si mesma, embora não cortando com o Portugal europeu.

Pedro confundiu-se com esse universo mineiro interiorano, nesse período em que a própria noção de Brasil se alargava, deixando de se identificar apenas com a costa e avançava para um interior ainda mítico, mas rico de surpresas diárias e de esperanças ilimitadas. Aí permaneceu durante vinte anos, ou seja, até aos 42 de idade. Amealhou meios de fortuna suficientes para sobreviver dignamente o resto da sua existência. Polemizara muito com os que o cercavam, lera o que lhe chegara à mão, designadamente do Padre António Vieira – *Clavis Prophetarum* – e outros escritos, envolvera-se em polémicas sobre o futuro, lançara mão dos seus conhecimentos de filosofia e de teologia, tornara-se notado... Talvez as autoridades civis não apreciassem muito os seus pontos de vista, a sua independência e desassombro, a sua ortodoxia – política e religiosa.

Numa sociedade desestruturada e errante, rica e simultaneamente carente de meios quotidianos de vida e de perspectivas de futuro, quem possuísse uma cultura acima da média arriscava-se a ser visto como um guia, um arauto de um futuro atraente e coerente, ao menos para muitos. Para outros, certamente um visionário perigoso e suspeito, portanto vigiado, mesmo à distância. Por tais razões, ele decidiu regressar definitivamente a Lisboa. Fê-lo em 1722. Teve que se readaptar à sociedade joanina da capital, vivendo como um verdadeiro cristão. A questão essencial será saber-se a sua verdadeira condição nesse especto: era ele um cristão-velho autêntico, ou antes, um cristão-novo, tocado pelo judaísmo holandês que herdara no sangue de seus antepassados e ao qual jamais renunciara em definitivo? Esta dúvida nunca se dissipou. Ele afirmava-se cristão-velho, mas quem o julgou não acreditava na sua versão. Na capital casou, forçadamente, com Joana Maria da Encarnação, da qual teria uma filha, Maria Rita. Mas, ao que parece, esse casamento fracassara. Ele, antes disso, tentara receber ordens sacras que lhe foram negadas. O casamento fez-se por obrigação e não lhe trouxe felicidade, nem estabilidade. A mulher vivia em, em dado momento, em casa do desembargador Gaspar Ferreira Aranha, como ama de leite. Não faziam, pois, vida conjugal, ignorando-se as razões de tal situação. É provável que ele se houvesse envolvido em “sarilhos” complicados, que o isolassem dos familiares mais diretos. E eis, em súmula, os dado biográficos apurados sobre Pedro de Rates Henequim.

Viveu no Brasil, como referimos, durante 20 anos, ou seja, entre 1702 e 1722. Que Brasil era esse com que Henequim se confrontou? Um espaço geográfico-político em efervescência. Quanto a limites, ninguém ousaria, com conhecimento, balizá-lo. A largava-se, é certo, desde o norte, do Maranhão, até ao extremo sul, isto é, até à colónia do Sacramento, ficando pois confinado a duas fronteiras líquidas naturais – a bacia amazónica, a norte, e o estuário da Prata, a sul. Mas esta última fronteira, reclamada por Portugal, tornara-se constantemente uma zona de guerra entre os vizinhos ibéricos, permanecendo assim até 1777 e até mais tarde. Portanto, que Brasil conheceu Pedro Henequim? Aquele que se encerrava no espaço do famoso mito da ilha Brasil, tão caro a Jaime Cortesão? Ou o Brasil pressuposto pelo Tratado de Tordesinhas? Faria ele alguma ideia da viabilidade geográfica de uma futura entidade política própria, demarcada por limites naturais conhecidos? Ninguém poderá responder a estas importantes questões, pois da parte dele nenhum dado é avançado.

Porém, mesmo generalizando e tentando chegar ao cerne desse imenso território, Henequim conhecera uma sociedade dita brasílica, em fricções e revoltas constantes, sintoma de mal-estar e de busca de horizontes novos. Consideremos, mesmo aí só de passagem, algumas.

A expulsão dos holandeses das zonas canavieiras do nordeste não assegurara uma paz duradoura e uma cooperação pacífica na região, nem na colónia. Sintomas de abusos do poder das oligarquias administrativas e terratenentes encontramos-os, logo a partir de 1660, isto é, mesmo antes da chegada de Henequim.

Além de alguma fugas e sublevações de escravos, um pouco por todo o território, a primeira revolta documentada ocorreu no Rio de Janeiro, na paróquia de S. Gonçalo, em Niterói, contra a dominação e o abuso de poderes da família Correia de Sá e Benevides, que exigia um imposto «per capita» aos moradores. Liderados por Jerónimo Barbalho, os moradores de todas as condições e categorias sociais depuseram o governador e tentaram proclamar um governo independente (1660). A revolta viria a fracassar, seguindo-se-lhe uma repressão duríssima, mas, ao proclamar um governo autónomo, transformara-se num objetivo a prazo, numa utopia.

Cerca de vinte anos mais tarde, em 1684, no Maranhão, Manuel Beckman, em nome dos colonos carentes de mão de obra indígena, rebelou-se contra o controle dos jesuítas sobre os índios. Tomou o poder e expulsou tanto os inacianos como o governador. Também fracassou. Mas o “aviso” ficou a pairar no ar. Ficou outra vez a utopia! Como também a do quilombo do Zumbi dos palmares, onde os cativos fugitivos puseram em marcha uma sociedade considerada edénica, entre os atuais estados de Alagoas e Pernambuco. Também eles derrotados pelo paulista Domingos Jorge Velho, caiu o mito da invencibilidade do quilombo dos palmares e do seu chefe Zumbi, abatido em 1695.

Estas vagas revoltosas foram anteriores à chegada de Pedro Henequim à América Portuguesa, como se referiu, mas denotam um mal estar alargado. Porém, a famosa

«guerra dos mascates» (1709-1711), que opunha, em Pernambuco, os interesses dos senhores de engenho aos comerciantes do Recife, já é do tempo de Henequim. Ela vibrou um golpe forte na nobreza da terra e reabriu o “dossier” de quem deveria dirigir os destinos da sociedade futura, abrindo lugar para a imaginação de utopias, das quais Henequim participaria. Finalmente, o encontro do ouro, no interior da capitania de S. Paulo, abriu espaço a outros conflitos, alguns dos quais vividos por Pedro Henequim: primeiramente a «guerra dos emboabas» (1708-1709), na qual teria participado ao lado de Nunes Viana, e, por último, a famosa revolta anti-fiscal de 1720, liderada por Filipe dos Santos, sublevação causada pela imposição do pagamento do quinto do ouro, em Vila Rica.

Pedro de Rates Henequim vivera estas incertezas, estas injustiças locais, estas imposições de um governo distante e autoritário, e pretendeu fornecer um contributo, quicá utópico, para as resolver.

Como o imaginou e onde, é o que procurou descrever neste livro Pedro Vilas Boas Tavares. Esse novo império constituiria um verdadeiro Paraíso, um Éden, onde se conjugariam todas as condições para que todos os habitantes do Brasil pudessem viver felizes e em harmonia. Onde se localizaria ele fisicamente, ou melhor, geograficamente? Ninguém sabe nem ele o disse com precisão, ainda que afirmando que os rios de S. Francisco e das Amazonas eram rios do Paraíso. Tudo apontava para que fosse no interior, onde a abundância de tudo o necessário a uma existência desafogada existia. Será curioso, e talvez oportuno, lembrar aqui um Ms. da B.P.M.P (o n.º 235), de que foi autor um tal José Barbosa de Sá, e que foi escrito em Cuiabá, portanto no interior de Mato Grosso, em 1769, e que exhibe o título: Diálogos geográficos, cronológicos, políticos e naturais. O seu propósito é apresentar ao governador Luís Pinto de Sousa Coutinho e ao público as características e as inesgotáveis potencialidades desse território, verdadeiro paraíso para quem aí se instalar em permanência. Portanto, o mito de um interior edênico continuará quase até hoje, embora em versões sempre renovadas.

Henequim imaginou para essa terra uma nova perspectiva política e um destino abençoado por Deus e já anunciado anteriormente: o Brasil estaria prestes a tornar-se um império autónomo, sob direção do infante D. Manuel Bartolomeu, irmão de D. João V, que mantinha relações próximas com figuras emblemáticas naturais da América Portuguesa. Ele daria corpo a uma nova teologia da história brasileira, antevendo-a ele Pedro Henequim. Desse modo foi construindo uma utopia cujas bases assentaram no conhecimento de textos sobre o território, como o Tratado da Terra e Gente do Brasil, de Fernão Cardim, ou a Crónica da Província do Brasil, de Simão de Vasconcelos, e também de textos bíblicos, sobretudo do Antigo Testamento. O certo é que Henequim, armado da cultura que possuía desde jovem e das leituras que lá fez, imaginou que no Brasil se cumpriria o anunciado Quinto Império dos portugueses, e que nele a língua portuguesa desempenharia um lugar chave. Para tal edenizou o novo mundo e socorreu-

se de textos bíblicos onde ele estaria sugerido. A este propósito escreve Pedro Tavares (p. 23): «Mercê da eficácia das redes de aculturação e solidariedade familiar e de um sincretismo religioso que no Brasil tinha maior espaço de afirmação, o cripto-judaísmo continuava vivaz no Novo-Mundo, e por isso, na época joanina, o Santo Ofício, não abrandando no seu tradicional antissemitismo, manterá um ritmo repressivo intenso, que só terá uma primeira curva descendente depois de um pico alto, próximo a 1730».

O Padre Bartolomeu de Gusmão, por causa da sua «Passarola» e seus sucessos futuros, garantia, desde já, a D. João V, o império universal. Por outras razões, outro tanto fazia outro padre, Manuel Lopes de Carvalho, que procurava conciliar o cristianismo com o ritualismo judaico. Talvez – como se afirma no livro – o Padre Carvalho e Pedro Henequim se tenham comunicado. E, afinal, qual o crime maior de Henequim que o levaria ao suplício? Demos a palavra a Pedro Tavares (p. 35): «muito antes da Inconfidência Mineira ou do sacrifício do Tiradentes, Pedro de Rates Henequim dev[e] ser visto como idealizador de uma malograda conspiração em Minas Gerais, neste caso visando levar ao poder, no Brasil, o infante D. Manuel, irmão de D. João V».

Foi acusado de herege formal. Porquê? «Muito mao theologo» – segundo um dos qualificadores –, «entendendo os textos das escrituras muito materialmente», mas considerando-se iluminado, além de outras posições, teria afirmado (cf. pp. 62-63) nada mais, nada menos do que «sete pessoas divinas»: as três pessoas da Santíssima Trindade, «o Verbo Angélico», o «Paráclito Angélico», Cristo e Maria. Em relação à Senhora, segundo entendia, esta teria de ser divina como Cristo, muito simplesmente porque *partus sequitur ventrem*... Uma suma de afirmações, enfim, em que a questão das interpretações (literais vs. metafóricas) terá jogado grande papel. O que é facto é que, regimentalmente instado, não apenas não correspondeu ao arrependimento das «culpas» e à retratação sugeridas nas «admoestações» a si feitas, como se manteve firme na recusa dos epítetos de «herege formal, profitente e obstinado», ou de «heresiarca» e «apóstata» da Fé Católica, apenas admitindo «proposições malsonantes» e algumas retratações genéricas que não lograram contentar o tribunal. Em termos escriturísticos, afirmava que o Livro do Génesis se referia ao Velho Mundo e não ao Novo, onde nunca houvera dilúvio, tendo sido Adão criado no Brasil, no «Paraíso Terreal», que era «em huás serranias, no meio do Brasil» (p. 54). De resto, anterior e superior ao latim e a todas as línguas, o português, que seria a língua do Quinto Império, a língua definitiva e universal da Humanidade, tinha já sido a língua primordial, ensinada por Deus a Adão (p. 58).

Enviado para o cárcere inquisitorial durante três anos, aí foi sujeito a um julgamento que lhe parecia doloso. Sob protesto, não lhe foi permitida a defesa pública e isenta que reclamava, acabando condenado à morte por garrote. As suas cinzas seriam lançadas ao vento para que dele não ficasse sinal. O hediondo espetáculo do auto de fé teve lugar em 21 de Junho de 1744, a ele assistindo o rei D. João V, D. José, os infantes D. Pedro e D. António, Frei Gaspar da Encarnação e suas comitivas. Contudo, a grandeza da sua

figura moral agigantou-se daí em diante, e hoje disso dá conta a recente historiografia brasileira, considerando-o um protomártir da sua independência e, obviamente, também o Doutor Pedro Vilas Boas Tavares, que assim conclui o seu trabalho: «(...) o risco conscientemente corrido de um previsível, infamante e duríssimo castigo, a intrepidez demonstrada ao longo do seu processo inquisitorial, e, finalmente, o próprio martírio suportado em nome de um mundo novo, marcado pela paz e harmonia universais e pelo domínio global da língua portuguesa, sob liderança brasileira, fazem dele credor da admiração geral e do reconhecimento coletivo pelos caminhos apontados à legítima ambição de todos os portugueses, brasileiros e luso-falantes. No sacrifício de Pedro de Rates Henequim o tribunal da fé acabara de desempenhar um papel político de largo alcance. Da dimensão do Brasil. A separação brasileira – de novo sob a égide da Casa de Bragança – teria ainda que esperar...».

Por fim e terminando: nada, nada do que aqui foi referido substitui a leitura deste livro, de fino recorte literário, larga erudição e equilíbrio de posições!

Eugénio Francisco dos Santos

Professor Catedrático Jubilado, Universidade do Porto